

Pretendemos hoje debater, dentro das condicionantes previstas no regimento específico para este debate, a realidade da pobreza e a estratégia governativa para o seu combate na RAM.

Entendemos escolher este tema, porque o mesmo reveste-se de uma importância fulcral para quem, através da ação política tenta criar as melhores condições de vida para a população que legitimamente representa. Neste sentido, a pobreza enquanto fenómeno de índole social estrutural e transversal, terá de ser uma preocupação permanente de todos os agentes políticos.

O momento presente torna ainda mais premente a sua análise, na medida em que o mesmo coincide com o culminar da aplicação de um Programa de Ajustamento Económico Financeiro que representou e traduziu-se na implementação nesta Região de uma dupla política de austeridade, na qual foram diminuídos os rendimentos das famílias (através de cortes nos salários e pensões), na qual o desemprego e a emigração forçada subiram exponencialmente, na qual a atuação de entidades ligadas à Solidariedade social sofreu um acréscimo considerável, fruto do aumento das inevitáveis solicitações, nomeadamente instituições como o Banco Alimentar contra fome.

Esta conjuntura nos últimos quatro anos ao retirar e diminuir o rendimento disponível das famílias, teve consequências transversais em diversos domínios da sociedade. Consequências que se fizeram sentir na Saúde, na Habitação, no nível da qualidade das prestações sociais.

Desde logo, porque, mais uma vez, foi a classe média que sentiu verdadeiramente na pele as incidências destas políticas de cortes cegos e que criou em muitos casos novas formas de pobreza, muitas das quais envergonhada e por isso camuflada.

Por esta razão importa saber e descortinar o mais fielmente possível o real estado da pobreza na Região. Esta, enquanto estado de carência

económica que impede a satisfação das necessidades mais básicas e elementares, é potenciada por situações com que nos deparamos no dia a dia junto das pessoas com quem convivemos. Senão vejamos algumas das mais relevantes: os critérios de atribuição do subsídio social de desemprego, não se adequam muitas vezes às realidades específicas dos agregados familiares; temos um mercado de arrendamento cujas rendas em muitas situações é mais limitado e financeiramente mais inacessível do que as prestações devidas por um empréstimo à habitação, sendo que estes na presente conjuntura de instabilidade no sistema financeiro são também muito mais seletivos; com o aumento do desemprego e correspondente entrega de habitações e casas aos bancos, assiste-se ao regresso dos filhos e netos às casas dos pais e avós, configurando o surgimento de novas realidades familiares nas quais a qualidade de vida com dignidade e sem promiscuidade vão diminuindo; na juventude que não emigra, o desespero campeia e a esperança fenece, daqui decorrendo a crescente sujeição a situações de exploração e precariedade laboral; a adopção de comportamentos por parte das pessoas, nomeadamente onde muitas vezes têm de optar entre a alimentação e os medicamentos traduzem-se inevitavelmente no degradar da sua condição de saúde.

Certamente não será alheia a esta situação o crescimento das listas de espera no SRS; a existência de um número assustador de agregados familiares à espera de habitação social; os números do desemprego e do subemprego que deveriam envergonhar um governo que se diz de cariz social.

Estas situações são catalisadoras e impulsionadoras de fenómenos como o alcoolismo, que por sua vez desemboca em ocorrências de violência doméstica. A impossibilidade crescente de uma parte significativa dos nossos idosos poderem continuar no seio familiar na fase final da sua vida, determina o seu internamento em instituições e lares.

E aqui verifica-se infelizmente que muito há a fazer no sentido de também encurtar as listas de espera como também ao nível das condições oferecidas.

Não se pode neste domínio e noutros deixar que sejam as IPSS a colmatarem estas lacunas e necessidades, pois muitas vêm-se igualmente confrontadas com a inadequação dos recursos humanos e financeiros para a prossecução desses fins; a existência de um apoio domiciliário que torna-se deficitário aos fins de semana; a constatação de situações em que donativos de vestuário e géneros alimentícios doados a instituições de caridade, não são posteriormente encaminhados para quem deviam, ocorrendo a sua depreciação e inutilização. Estas são, algumas das situações que todos nós de forma quotidiana constatamos e que configuram um cenário de pobreza transversal que urge combater e atenuar.

Importa saber traduzir esta percepção numa determinação mais fidedigna da realidade da pobreza.

E perante essa informação pretende-se assim saber, que estratégia e medidas têm o GR para fazer face a esta situação? De tudo o que foi exposto, resulta claro que torna-se imperativo atuar em diversos domínios, nomeadamente ao nível da prevenção, da proteção social e da integração. Na prevenção, é fundamental integrar preocupações familiares e sociais nas políticas sectoriais; na proteção social é imprescindível que se promova uma maior eficácia na sua aplicação; ao nível da integração torna-se premente também suscitar a participação e envolvimento dos grupos socialmente mais carenciados.

Importa, finalmente que a renovação tão apregoada, se traduza numa atitude diametralmente oposta á que foi adoptada pelo governo anterior. Que ao contrário de quem pretendeu esconder os reais números da pobreza e sanear quem os divulgou, que agora se olhe de frente para este problema, que

se o assuma honestamente e de forma concertada com a sociedade se trabalhe em prol da sua crescente erradicação e eliminação.